

Código de Boas Práticas da ISEAL

**Nota informativa de consulta: uma
visão geral da segunda versão do Código**



Maio de 2023

Sobre este documento

Este documento fornece um resumo do processo de consulta para o Código de Boas Práticas da ISEAL e uma breve visão geral da segunda versão do Código. Também destaca as principais questões sobre as quais estamos buscando opiniões durante a segunda consulta pública.

Este documento é relevante para aqueles que não opinaram sobre a primeira versão do Código. Escrevemos uma [nota informativa separada](#) para as partes interessadas que participaram da primeira rodada de consultas, que se concentra nas principais mudanças entre a primeira e a segunda versão.

Para obter mais informações sobre a versão do Código, visite a [página de consulta do Código](#).

Índice

- › Histórico do Código de Boas Práticas da ISEAL
- › Visão geral da segunda versão
- › Objetivos da segunda consulta pública
- › Processos de revisão e transição

Histórico do Código de Boas Práticas da ISEAL

Sobre o Código de Boas Práticas da ISEAL
Consulta ao Código

Sobre o Código de Boas Práticas da ISEAL

Em 2021, a ISEAL atualizou seus [Princípios de Credibilidade](#). Os princípios definem os valores fundamentais de sistemas de sustentabilidade confiáveis e eficazes — do envolvimento das partes interessadas e progresso mensurável à transparência e veracidade.

Agora, estamos atualizando e integrando nossos [Códigos de Boas Práticas](#) em um único Código de Boas Práticas. Até agora, a ISEAL tinha três códigos separados que definiam os requisitos para sistemas de sustentabilidade nas áreas de Impactos, Estabelecimento de Normas e Padrões e Garantia. O Código integrado adota uma abordagem mais holística sobre como os sistemas de sustentabilidade operam e fornece uma referência global sobre como os sistemas de sustentabilidade podem colocar em prática os Princípios de Credibilidade da ISEAL.



Sobre o Código de Boas Práticas da ISEAL

O Código revisto e integrado permite:

- › que o vínculo com os Princípios de Credibilidade seja fortalecido
- › ter atualizações para refletir os desenvolvimentos recentes no cenário de sustentabilidade, como mudanças na abordagem legislativa e regulatória para declarações e due diligence
- › a racionalização e harmonização dos requisitos dos códigos existentes
- › ter atualizações que garantam que o Código seja relevante para uma gama mais ampla de sistemas de sustentabilidade

Os termos de referência do Código de Boas Práticas da ISEAL foram aprovados pelo Conselho da ISEAL em maio de 2020. O desenvolvimento do Código é informado por um [Comitê Gestor](#) multissetorial e supervisionado pelo [Comitê Técnico](#) da ISEAL.



Consulta ao Código

De meados de setembro a meados de dezembro de 2022, realizamos uma consulta pública sobre a primeira versão do Código. Com a contribuição do Comitê Gestor, usamos esse feedback para informar o desenvolvimento da segunda versão do Código.

Estamos realizando uma segunda rodada de consulta pública, que será realizada de 31 de maio a 30 de julho de 2023. Precisamos da sua opinião para garantir que o Código seja relevante em seu contexto e reflita com precisão a prática confiável.

Todas as partes interessadas são incentivadas a fornecer sua opinião ou apoiar nossos esforços compartilhando informações sobre a consulta com outras partes interessadas e colegas. Todos os comentários recebidos serão anônimos e disponibilizados publicamente. Também publicaremos um resumo do feedback recebido e como ele foi abordado.

Consulta ao Código

Há várias maneiras de fornecer feedback, incluindo:

- › Responder à [pesquisa](#)
- › Fornecer comentários sobre cláusulas específicas na [versão planilhada](#)
- › E-mail: consultation@isealalliance.org

Você pode encontrar mais informações sobre o Código na [página de consulta](#), incluindo:

- › A versão planilhada da segunda versão do Código
- › O resumo do feedback e das mudanças desde a primeira consulta
- › O cronograma e as gravações de webinários para apoiar a consulta
- › Glossário

Visão geral da segunda versão

Estrutura do Código

Resumo de cada capítulo

Resumo dos temas transversais

Estrutura do Código

O Código é dividido em nove capítulos. As cláusulas de cada capítulo refletem práticas identificadas como necessárias para a credibilidade do sistema.

0. Políticas, procedimentos e responsabilidades para os componentes do esquema
1. Estratégia para criar impacto
2. Integridade, governança e operações do esquema
3. Desempenho do esquema e melhoria contínua
4. Gestão de dados e informações
5. Envolvimento das partes interessadas
6. Desenvolvimento e manutenção de padrões
7. Garantia
8. Declarações

Há também temas transversais que estão presentes em todo o Código: **due diligence**, **remediação** e **informações publicamente disponíveis**.

Capítulo 0. Políticas, procedimentos e responsabilidades para os componentes do esquema

Objetivo: os aspectos procedimentais essenciais da gestão do esquema existem para apoiar a confiabilidade do esquema e o envolvimento eficaz das partes interessadas.

Principais resultados desejados:

- › As políticas e os procedimentos apoiam a implementação de alta qualidade, consistente e transparente de cada componente do esquema e são analisados e revisados quando necessário.
- › Há linhas claras de responsabilidade pela implementação e manutenção de políticas e procedimentos.
- › As partes interessadas sabem com quem entrar em contato para expor comentários ou fazer consultas.

Capítulo 1: Estratégia para criar impacto

Objetivo: o esquema tem foco e estratégias claros para gerar resultados e impactos de sustentabilidade. O esquema é transparente em relação à sua abordagem e faz revisões periódicas para garantir que permaneça relevante ao longo do tempo.

Principais resultados desejados:

- › O esquema adota decisões informadas sobre como concentrar seu trabalho para maximizar seus possíveis impactos na sustentabilidade.
- › O esquema tem um objetivo claro e estratégias definidas para impulsionar os resultados e impactos de sustentabilidade desejados
- › A equipe e a liderança do esquema estão comprometidas com a implementação das estratégias do esquema.

Capítulo 2: Integridade, governança e operações do esquema

Objetivo: o esquema é governado e gerenciado com integridade e transparência, produzindo resultados confiáveis.

Principais resultados desejados:

- › O proprietário do esquema implementa boas práticas de governança.
- › O proprietário do esquema gerencia proativamente as ameaças à integridade de seu esquema.
- › O proprietário do esquema tem medidas de controle suficientes para garantir a integridade das atividades delegadas.
- › Os funcionários e parceiros externos são competentes.
- › As partes interessadas têm acesso a informações relevantes sobre a governança e as operações do esquema.

Capítulo 3: Desempenho do esquema e melhoria contínua

Objetivos: o sistema de monitoramento, avaliação e aprendizagem (MEL, na sigla em inglês) avalia o desempenho do esquema e de seus clientes. Os aprendizados estimulam a melhoria contínua.

Principais resultados desejados:

- › O proprietário do esquema tem uma estrutura consistente para orientar e planejar suas atividades de MEL.
- › O proprietário do esquema implementa atividades de MEL que visam responder a perguntas de aprendizagem definidas.
- › Os resultados das atividades de MEL são metodologicamente robustos.
- › O proprietário do regime utiliza os resultados das atividades de MEL para melhorar a eficácia do seu esquema.
- › As partes interessadas entendem como o sistema MEL é implementado.

Capítulo 4: Gestão de dados e informações

Objetivo: o esquema usa dados para gerenciar o desempenho, a integridade e a melhoria contínua.

Principais resultados desejados:

- › O proprietário do esquema gerencia seus dados e informações para que possam ser usados de forma eficaz.
- › O proprietário do esquema assegura a qualidade e a integridade dos dados e das informações que gerencia.
- › A propriedade e a governança dos dados são claras.
- › Os dados confidenciais e proprietários são mantidos em segurança.
- › O esquema está em conformidade com os requisitos legais para trabalhar com dados e informações.

Capítulo 5: Envolvimento das partes interessadas

Objetivo: o esquema identifica suas partes interessadas e as capacita a participar do esquema.

Principais resultados desejados:

- › O proprietário do esquema entende quem são suas partes interessadas.
- › As partes interessadas têm uma série de oportunidades para contribuir com o esquema.
- › O esquema apoia as partes interessadas sub-representadas para que contribuam com o esquema.
- › O esquema tem mecanismos imparciais e acessíveis para resolver reclamações, queixas e alegações

Capítulo 6: Desenvolvimento e manutenção de padrões

Objetivo: o padrão se alinha às estratégias de impacto do esquema. É analisado e revisado para garantir sua relevância e eficácia contínuas.

Principais resultados desejados:

- › O desenvolvimento e a manutenção de padrões seguem um processo robusto e consistente.
- › O proprietário do esquema definiu claramente o que o padrão visa alcançar e por que é necessário. Isso garante que o padrão continue relevante ao longo do tempo.
- › O impacto do esquema é reforçado pelo alinhamento com outros padrões.
- › Os processos de consulta permitem a participação de uma ampla variedade de partes interessadas.
- › Os processos decisórios sobre o padrão são transparentes e visam à obtenção de consenso.
- › O proprietário do esquema responde às contribuições das partes interessadas.

Capítulo 7: Garantia

Objetivo: o sistema de garantia é adequado à finalidade e assegura a integridade e a confiabilidade do esquema.

Principais resultados desejados:

- › O modelo de garantia do esquema é suficiente para transmitir confiança nos resultados da garantia.
- › As políticas e os procedimentos operacionais apoiam a implementação consistente do sistema de garantia.
- › O sistema de garantia fornece percepções aos clientes.
- › Existe a possibilidade de recorrer das decisões de avaliação.
- › Há uma abordagem robusta para corrigir as não conformidades.
- › A equipe de garantia interpreta os requisitos de forma consistente.
- › A supervisão da garantia melhora a qualidade e a integridade dos resultados da garantia.

Capítulo 8: Declarações

Objetivo: o esquema é confiável para controlar as declarações, e as declarações feitas são claras, relevantes e precisas.

Principais resultados desejados:

- › As declarações permitidas são claras, relevantes e precisas.
- › As declarações permitidas são fundamentadas.
- › A abordagem do regime em matéria de rastreabilidade é suficiente para evitar fraudes e adequada aos tipos de declarações que permite.
- › O proprietário do esquema mitiga o uso indevido de declarações.
- › Os parceiros externos são claros sobre suas responsabilidades na implementação do sistema de declarações.

Tema transversal: due diligence

Objetivo: o esquema assume a responsabilidade por sua própria conduta comercial responsável, definindo seu papel na abordagem dos riscos de due diligence. Também define sua função no apoio aos esforços de due diligence corporativa, garantindo que sua estratégia esteja alinhada ao escopo e às atividades do esquema

Resumo dos resultados desejados:

- › O esquema definiu a função que deverá desempenhar nos esforços de due diligence corporativa (1.3).
- › O proprietário do esquema avalia os riscos da associação com seus parceiros comerciais (2.6).
- › As declarações permitidas são claras, relevantes e precisas (8.3).

Tema transversal: remediação

Objetivo: o esquema tem um sistema de resolução de disputas que facilita o acesso à solução. Considera o tipo de dano que pode ocorrer dentro de seu escopo e define suas funções e responsabilidades para facilitar a remediação do dano.

Resumo dos resultados desejados:

- › O esquema definiu a função que deve desempenhar na remediação de danos (1.4).
- › O esquema tem mecanismos imparciais e acessíveis para resolver reclamações, queixas e alegações (5.4).
- › O sistema de resolução de disputas é robusto e transparente (5.5).

Tema transversal: informações publicamente

disponíveis

Objetivo: o esquema é transparente e garante que as informações sobre cada componente sejam facilmente acessíveis ao público. A confidencialidade das partes interessadas é protegida.

Resumo dos resultados desejados:

- › As partes interessadas têm acesso a informações relevantes sobre o objetivo planejado e as estratégias do esquema (1.6).
- › As partes interessadas têm acesso a informações relevantes sobre a governança e as operações do esquema (2.2).
- › Os padrões do esquema e as informações de apoio são facilmente acessíveis (6.2).
- › As partes interessadas têm acesso a informações relevantes sobre como o sistema de garantia funciona (7.3).
- › As partes interessadas têm acesso a informações relevantes sobre como o sistema de declarações funciona (8.2).

Objetivos da segunda consulta pública

Objetivos da consulta

Perguntas prioritárias

- › Due diligence e remediação
- › Gênero
- › Declarações
- › Relevância

Objetivos da consulta

A consulta pública é uma oportunidade valiosa para analisarmos se o Código atingiu seus objetivos e se as alterações feitas na segunda versão melhoram a relevância e a clareza do Código.

Agradecemos seus comentários sobre todos os aspectos do Código, mas há várias alterações e tópicos essenciais sobre os quais gostaríamos de receber sua opinião. Estes tópicos estão resumidos nos slides a seguir. Seus comentários nos ajudarão a avaliar se:

- › as perguntas feitas na primeira consulta foram adequadamente respondidas
- › o conteúdo introduzido no escopo do Código é necessário para uma prática confiável
- › há clareza suficiente

Pergunta prioritária: due diligence e remediação

Durante a primeira consulta, ficou evidente a necessidade de maior clareza na abordagem da due diligence e da remediação. Buscamos a opinião de especialistas externos e fizemos alterações significativas para atender a esse feedback, incluindo:

- › Adaptações de cláusulas para melhorar a clareza: consulte [due diligence](#) e [remediação](#)
- › Objetivos e resultados desejados simplificados: consulte [due diligence](#) e [remediação](#)
- › Orientação de apoio sobre [due diligence](#)

Agradecemos seus comentários sobre se os requisitos são claros e refletem práticas confiáveis nessas áreas.

Due diligence: cláusulas-chave

Nº	Tópico	Resultado Desejado	Requisitos
1.3	Papel pretendido na due diligence corporativa	O esquema definiu a função que deverá desempenhar nos esforços de due diligence corporativa.	<p>O proprietário do esquema decide se o seu sistema se destina a apoiar a due diligence de sustentabilidade corporativa e, em caso afirmativo, documenta quais elementos específicos da due diligence o esquema apoia e/ou avalia.</p> <p>[Orientação: as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais, a Orientação de Due Diligence da OCDE para Conduta Empresarial Responsável e os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos estabelecem padrões acordados internacionalmente sobre conduta empresarial responsável e os princípios, etapas e ações práticas mais importantes para as empresas. O esquema poderia optar por não desempenhar nenhum papel na due diligence, mas ainda deve definir e documentar essa decisão.]</p>
2.6	Avaliações de risco de parceiros de negócios	O proprietário do esquema avalia os riscos da associação com seus parceiros comerciais.	<p>O proprietário do esquema realiza regularmente avaliações de risco de due diligence de seus parceiros comerciais existentes e propostos. Tem medidas para lidar com os riscos identificados.</p> <p>[Orientação: os parceiros comerciais incluem parceiros de implementação (por exemplo, órgãos de certificação) e parceiros corporativos (por exemplo, clientes certificados, membros, licenciados, empresas controladoras de locais certificados etc.).]</p> <p>[Orientação: como medidas para lidar com os riscos de due diligence a identificados, um esquema pode optar por usar ferramentas, como uma política de associação ou um código de conduta, que exijam compromissos com a due diligence corporativa, conforme estabelecido em marcos como as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, a Orientação de Due Diligence da OCDE para Conduta Empresarial Responsável e os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos.]</p> <p>[Orientação: as medidas para lidar com os riscos identificados podem ser incorporadas ao plano de gestão de riscos do</p>

Remediação: cláusulas-chave

Nº	Tópico	Resultado Desejado	Requisitos
1.4	Papel na facilitação da remediação	O esquema considerou e definiu a função que pretende desempenhar na remediação de danos.	<p>O proprietário do esquema define e documenta seu papel e suas responsabilidades na facilitação da remediação de danos. Isso inclui o esclarecimento de sua função em relação a outras partes, como clientes, organizações não governamentais, órgãos do governo, agências de fiscalização, etc.</p> <p>[Orientação: ao definir sua função e responsabilidades, o proprietário do esquema deve considerar os tipos de danos que podem estar dentro de seu escopo. Pode-se identificar tipos de danos por meio da exploração de quaisquer consequências negativas não intencionais de suas ações e estratégias (3.1); por meio de suas avaliações de clientes (7.10); ou por meio de reclamações, queixas ou alegações registradas através de seu sistema de resolução de disputas (5.4). Também deve considerar a possibilidade de incluir a eliminação ou a remediação de impactos negativos como uma estratégia deliberada (1.2).]</p>
5.4	Escopo e concepção do sistema de resolução de disputas	O esquema tem mecanismos imparciais e acessíveis para resolver reclamações, queixas e alegações.	<p>O proprietário do esquema tem um sistema documentado de resolução de disputas que facilita o acesso à solução e apoia o tratamento imparcial de reclamações, queixas e alegações sobre clientes, parceiros de implementação, como provedores de garantia, e o próprio esquema. O escopo das reclamações que podem ser apresentadas por meio do sistema de resolução de disputas inclui, no mínimo, reclamações relacionadas ao desenvolvimento e manutenção de padrões, processos e decisões de garantia e processos de queixas e reclamações controladas.</p> <p>.... [consulte a versão do Código para ler o texto completo]</p>

Pergunta prioritária: gênero

Há uma crescente compreensão do papel de um sistema de sustentabilidade na abordagem das considerações de gênero. Em reconhecimento a isso, introduzimos referências a gênero em três capítulos da versão de Código:

- › [Estratégias para criar impacto](#), nas quais o gênero é considerado durante a avaliação de riscos e oportunidades de sustentabilidade
- › Atividades de [monitoramento, avaliação e aprendizagem](#), nas quais os resultados das atividades de MEL são desagregados por gênero e os dados relevantes são coletados para permitir isso
- › [Desenvolvimento e manutenção de padrões](#), nos quais o equilíbrio de gênero é considerado como parte da participação equilibrada em consultas e processos decisórios.

Agradecemos seus comentários sobre se as cláusulas sobre gênero refletem práticas confiáveis nessa área.

Gênero: cláusulas-chave

Nº	Tópico	Resultado Desejado	Requisitos
1.1	Avaliação de sustentabilidade	O esquema adota decisões informadas sobre como concentrar seu trabalho para maximizar seus possíveis impactos na sustentabilidade.	<p>Como pano de fundo para seu trabalho, o proprietário do esquema realiza uma avaliação regular dos riscos e oportunidades de sustentabilidade, suas causas básicas e onde e como o esquema está bem posicionado para exercer influência em todo o seu escopo e alcance (por exemplo, produto, setor, geografia, etc.)... <i>[consulte a versão do Código para ler o texto completo]</i></p> <p>[Orientação: a avaliação dos riscos e oportunidades de sustentabilidade deve incluir uma avaliação dos possíveis impactos negativos não intencionais da estratégia e das atividades do esquema. Também deve incluir uma avaliação das tendências e riscos relacionados a gênero dentro do escopo do esquema e seu potencial para gerar resultados positivos de gênero por meio de seu trabalho.]</p>
3.1	Estrutura de orientação do MEL	O proprietário do esquema tem uma estrutura consistente para orientar e planejar suas atividades de MEL.	<p>... <i>[consulte a versão do Código para ler o texto completo]</i></p> <p>Os tópicos prioritários que as atividades de MEL buscam abordar incluem, pelo menos, os seguintes: 6. Se há diferenças na eficácia, alcance, resultados e impactos do esquema por gênero e outros grupos de relevância especial para o esquema.</p>

Gênero: cláusulas-chave

Nº	Tópico	Resultado Desejado	Requisitos
6.12	Participação equilibrada	Os processos de consulta permitem a participação de uma ampla variedade de partes interessadas.	<p>O proprietário do esquema garante que o processo de consulta:</p> <ol style="list-style-type: none">1. É aberto a todas as partes interessadas e comunicado em tempo hábil2. Tenha como objetivo coletar contribuições de um grupo equilibrado e diversificado de partes interessadas com interesse no assunto e no escopo geográfico do padrão, ou que sejam afetados por sua implementação3. Aborda as barreiras enfrentadas por grupos de partes interessadas que tenham sido pouco envolvidos ou sub-representados e busca proativamente suas contribuições (consulte 5.3). <p>[Orientação: o objetivo de buscar a contribuição de um grupo equilibrado e diversificado é garantir que todas as partes interessadas possam ver seus pontos de vista representados na consulta.]</p>
6.15	Processo decisório equilibrado	As partes interessadas podem ver que suas opiniões estão representadas no processo decisório.	<p>O proprietário do esquema garante que haja um órgão de governança responsável por decisões sobre o conteúdo do padrão, e que esse órgão:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Esteja aberto a todas as partes interessadas2. Constitua um grupo equilibrado e diversificado de partes interessadas, incluindo aquelas que são diretamente afetadas pela implementação do esquema ou pelo setor/indústria que o esquema busca afetar. <p>[Orientação: semelhante ao item 6.12, o objetivo de envolver um grupo equilibrado e diversificado no processo decisório é para que as partes interessadas sintam que sua voz está representada nessas decisões. Todos os principais grupos de interessados devem ser representados, e o equilíbrio de gênero deve ser considerado, de modo que nenhum grupo de interessados ou conjunto de interesses possa controlar as decisões.]</p>

Questão prioritária: declarações

O Código integrado traz no escopo, práticas essenciais do [Guia de Boas Práticas para Declarações de Sustentabilidade da ISEAL](#). Essa decisão foi tomada em reconhecimento a duas tendências recentes: a crescente ação legislativa para combater declarações enganosas e o aumento das comunicações de sustentabilidade impulsionado pelas expectativas dos consumidores e investidores. O Capítulo 8 inclui requisitos que se concentram nos esquemas que implementam um sistema de declarações eficaz e robusto.

Agradecemos seus comentários sobre se os requisitos do Código refletem práticas confiáveis nessa área.

Nº	Tópico
8.1	Políticas e procedimentos de declarações
8.2	Informações públicas sobre declarações
8.3	Veracidade das declarações permitidas
8.4	Fundamentação das declarações
8.5	Rastreabilidade
8.6	Aprovação de declarações
8.7	Informações de apoio para as declarações
8.8	Monitoramento do uso de declarações

Pergunta prioritária: relevância

Na primeira consulta pública, diversas partes interessadas externaram preocupações sobre haver uma série de requisitos que não eram viáveis e/ou relevantes para esquemas de diferentes tamanhos ou tipos.

Durante o desenvolvimento da segunda versão, fizemos várias adaptações para melhorar a clareza das cláusulas ou alterar a fraseologia para garantir maior relevância. Também buscamos feedback adicional por meio de entrevistas com as partes interessadas e da contratação de consultores para analisar a versão revisada do Código.

Como parte da segunda consulta, também estamos buscando oportunidades de nos envolvermos com um grupo demográfico e uma gama maiores de partes interessadas. Para apoiar a avaliação de que as alterações melhoram a relevância, agradecemos seus comentários sobre a relevância do Código em seu contexto.

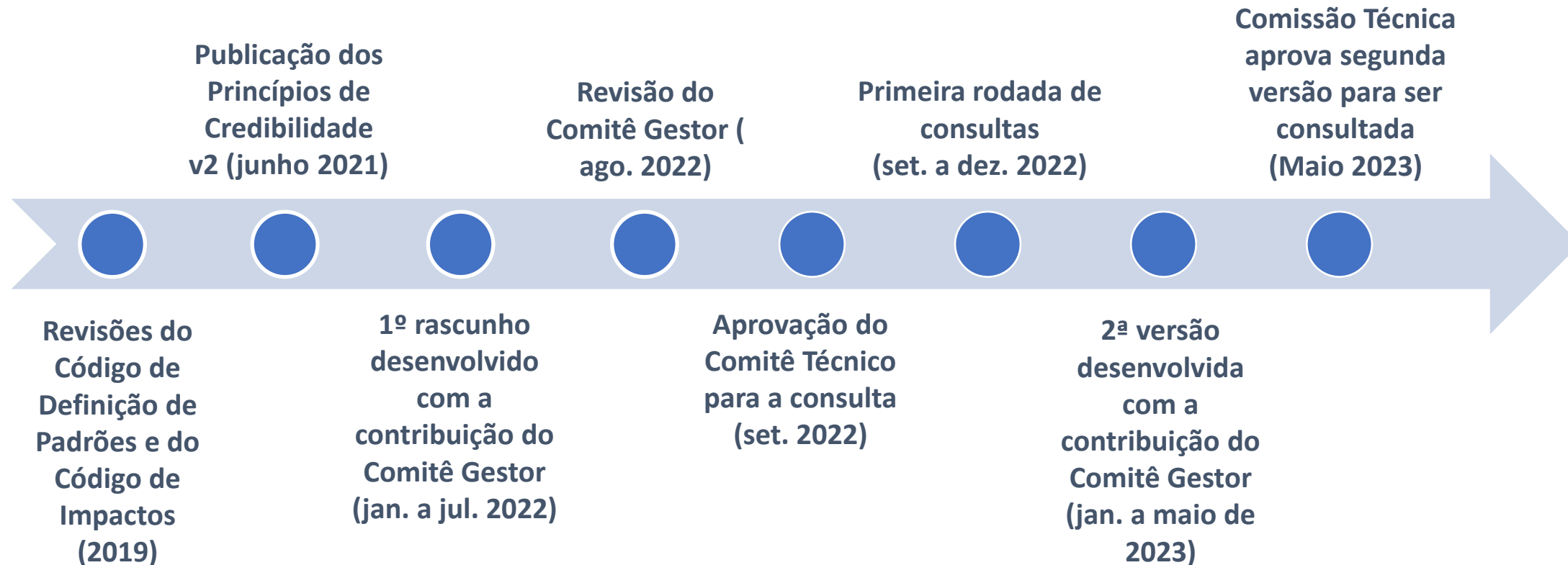
Processos de revisão e transição

Progresso até agora

Próximos passos

Abordagem prevista para a transição do Código

Progresso até agora



Próximos passos



Abordagem prevista para a transição do Código

- › Após a publicação, um período de transição de 18 meses permitirá que os esquemas se preparem para as avaliações do Código integrado. O formato do período de transição leva em conta o contexto de cada esquema:
 - › Os membros existentes em conformidade com o Código da ISEAL realizarão uma autoavaliação para identificar as mudanças necessárias para alcançar a conformidade com o Código integrado. O esquema usa isso para desenvolver um plano de transição, que deve ser implementado em até 18 meses após a publicação do Código.
 - › Os membros da comunidade em processo de conformidade com o Código concluirão uma autoavaliação semelhante para identificar as mudanças necessárias para atingir a conformidade. Isso informará o cronograma de avaliação, que deve ser concluído em até quatro anos após a solicitação inicial para se tornar em conformidade com o Código da ISEAL.
 - › Os novos solicitantes preencherão uma autoavaliação para informar o cronograma de avaliação, que deverá ser concluído em até quatro anos após a solicitação inicial para que se tornem em conformidade com o Código da ISEAL.
- › Mais informações estão disponíveis na [nota de orientação sobre o processo de transição e avaliação](#).